

## **Reorganizar as forças populares para os embates do novo período**

*“Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas; é então que a barbárie se transforma em tragédia quotidiana.” (José Chasin)*

A conjuntura pré-eleitoral tem data para terminar. São os prazos de desfilições e filiações que se avizinham. Depois disso, ainda que ajustes nas táticas (programas e políticas de alianças) adotadas possam ser feitos, o fato concreto é que a eleição ganha um nível de concretude irreversível. E, fruto principalmente do cerco que sofremos pelas forças reacionárias após 2014, é preciso reconhecer que estamos correndo contra o tempo para o esforço de reorganização das forças populares, indispensável para o enfrentamento dos novos desafios, com o êxito eleitoral da esquerda, ou sem ele.

Assim, o passo dado na direção dos comitês populares de luta mostra sua correção e sua urgência estratégica e não meramente tática. Mas é preciso ir além: há que se escancarar a verdade na qual estamos imersos e reconhecer que o protagonismo do Partido, enquanto coletivo, está relativizado. A rapidez dos acontecimentos levou a que o companheiro Lula tivesse que assumir a vanguarda dos procedimentos de alianças mais gerais, alianças estas que ultrapassam até mesmo o amplíssimo leque que tínhamos até o golpe de 2016.

É exatamente isso que torna o debate programático e a construção dos comitês de luta essenciais. Ganhando as eleições presidenciais, teremos que disputar os rumos do novo governo. Em caso contrário, nosso oposicionismo deve trilhar o caminho da luta social intransigente contra a consolidação do ultraliberalismo, promotor da fome e da miséria social para as maiorias.

Assim, apresentamos pontos para atualização das atitudes do Partido para a conjuntura e que tratam da tática eleitoral do Partido, que por sua vez se desdobram no programa (e na plataforma que lhe corresponde) e na política de alianças.

### **1) Distinguir o programa da futura coligação liderada por Lula daquele a ser construído e defendido pelo Partido e pelas forças populares e progressistas.**

O ideal seria a coincidência desses dois programas e das respectivas plataformas. Contudo, isso não será possível. Diante disso, o programa popular e progressista da esquerda brasileira deve conter os pontos básicos para o enfrentamento ao ultraliberalismo que se impôs desde o golpe de 2016, sem a pressão das mediações postas pelas amplas alianças que são feitas agora. O recorte de classe tem rosto, raça e identidade de gênero: é pobre, periferia, mulher, juventude, negra e lgbtqi+s. A soberania nacional, o resgate dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais sequestrados, as reformas agrária e urbana, a questão ambiental, direitos das populações vulnerabilizadas, a chamada Auditoria Cidadã da dívida pública, a reconstrução da institucionalidade e da normalidade democráticas, agredidas pelo impeachment de Dilma Rousseff e pelo lavajatismo, dentre tantos outros pontos fundamentais, devem constituir a base do projeto que disputaremos nas ruas, desde já.

### **2) Política de alianças**

A política de alianças do Partido dos Trabalhadores para 2022 implica considerar a federação partidária, as coligações nacionais formais possíveis e os arranjos regionais, por vezes informais.

Isso exigirá do PT uma ação específica no fortalecimento dos laços entre partidos e movimentos à esquerda, fortalecendo este fundamental à sustentação das mobilizações de ruas em defesa de um programa radicalmente distinto da agenda ultraliberal.

Tal conduta se impõe, inclusive na opinião sobre a chapa liderada pelo companheiro Lula: a EPS reitera a posição de que a vaga de vice, na chapa presidencial, deveria corresponder à sinalização progressista da sociedade, dada nas eleições de 2020 e nas lutas sociais recentes. Ou seja, a candidatura a vice-presidente deveria expressar as demandas das negritudes e das etnias indígenas, das mulheres oprimidas, das juventudes, das populações LGBTQIA+ e etc.

Para as políticas de alianças nos estados, a mesma premissa anterior deveria ser implementada. E, no contexto das realidades regionais, o fortalecimento dos laços de partidos e movimentos à esquerda é tarefa estratégica, que ultrapassa o calendário eleitoral.

### **3) O debate partidário une a militância e revigora o Partido**

Como já registramos em pronunciamento anterior, a convocação de nossa militância e da ampla área de influência do PT para opinar sobre todos os temas da conjuntura, em nada ameaçaria a unidade da base partidária.

A base petista sabe muito bem que vivemos a atmosfera de um golpe parlamentar, que desagregou o tecido institucional da própria constitucionalidade e legalidade burguesas. E reconhece a liderança de Lula no esforço de resgatar o ambiente exigido para o debate público. O que não implica o mutismo político e ideológico da base petista que, justamente, demarcar suas preocupações com as alianças e com possíveis alargamentos programáticos que decorrem desse processo atípico de construção de parcerias eleitorais. A diversidade interna ao PT não deve ser temida.

A coordenação da EPS fixou sua postura crítica em relação à chamada federação partidária, sobretudo no que diz respeito às demandas para a ampliação de nossas bancadas parlamentares. Questão está sobre a qual deveríamos nos debruçar com forte planejamento. Além da reeleição de companheiras e companheiros que compõem as atuais bancadas no Senado, na Câmara e assembleias legislativas, as instâncias dirigentes não podem ficar na postura passiva e de espera das atitudes individuais e espontâneas de companheiros apresentarem seus nomes para as chapas proporcionais e para a do Senado. Tomando como referência as negritudes e as etnias indígenas, as mulheres, as juventudes, as populações LGBTQIA+, etc, as instâncias dirigentes devem buscar as forças vivas do PT, para um pacto solidário em prol de uma consistente representação petista na frente parlamentar.

Finalmente, em todos os estados deveríamos ter fortalecido candidaturas petistas ou de aliados à esquerda, inclusive como meio de negociação com as ampliações ao centro conservador. Abdicar disso, com certeza, nos colocou em desvantagem nos entendimentos que estão sendo realizados atualmente.

### **4) A esquerda frente ao conflito imperialista que eclodiu com as provocações do governo Zelensky, apoiado pelos EUA e pela Otan à Rússia**

As operações militares da Rússia no território da Ucrânia, longe de serem apoiadas, devem ser criticadas à luz de velhos e consistentes ensinamentos que a esquerda autêntica tem adotado desde a I Grande Guerra imperialista, quando o deputado do SPD, Karl Liebknecht votou – solitariamente – contra a aprovação dos créditos de guerra na Alemanha. E com Lenin convencendo o Partido Bolchevique para a defesa da paz, entre todas as nações, sem anexações e indenizações. Algo que, talvez, tivesse poupado o planeta da II Grande Guerra imperialista.

Essa é a melhor tradição da esquerda autêntica, já que não se tratava, aquele conflito mundial, de uma conflagração de classes antagônicas.

O Partido dos Trabalhadores pode e deve cumprir um papel muito importante, no rastro das destruições provocadas pela guerra em território ucraniano. Em primeiro lugar, manifestando-se pela dissolução da anacrônica Otan. Em segundo, exigindo respaldo internacional às negociações diretas entre Ucrânia e Rússia, durante as quais deveria ser garantido um cessar fogo supervisionado pela ONU. Em terceiro, repudiando a intromissão do governo Biden ao insuflar as tensões regionais. Em quarto, exigindo do governo Putin o acatamento do cessar fogo durante o processo de negociações.

É preciso considerar que esta guerra é algo que se tornou assunto mundial. E que no Brasil, vem sendo discutida nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, nas casas, sempre sob o “bombardeio” midiático disparado pela máquina de espionagem dos EUA, pela Otan e pelo governo Zelensky. É nesse contexto que o PT deve também se colocar publicamente: em nossos governos, o Brasil se tornou protagonista internacional. O país era respeitado e considerado nos processos decisórios nesses momentos de tensão global. Hoje, sofremos a maior desmoralização pública, jamais vista na história republicana brasileira, com as posturas do mandatário genocida que ocupa a presidência da República. Errático, oportunista, blefador, patético, Bolsonaro surge como uma figura ínfima no cenário internacional.

É nesse vácuo diplomático que a esquerda pode se colocar mundialmente, como uma alternativa aos conflitos interimperialistas, fixando posições de independência em relação às polarizações oriundas de interesses capitalistas, que usam o cenário das guerras para resolver suas pendências por mercados e matérias-primas.

Pelo fim da Otan, pela paz e em defesa das populações vítimas das disputas interimperialistas.

***A Comissão Executiva do Conselho Nacional da Esquerda Popular Socialista do PT***